

OS MINEIROS NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DOS NATURAIS DE MINAS GERAIS EM 1980, 1991 E 2000.

Adriana de Miranda Ribeiro¹

Ricardo Alexandrino Garcia²

RESUMO

O Estado de Minas Gerais esteve, durante décadas, dentre as regiões que mais cederam população para as demais Unidades da Federação. Como resultado dos movimentos migratórios, os mineiros espalharam-se pelo território nacional, se fixando principalmente nos Estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Embora uma proporção cada vez menor de mineiros resida fora de Minas Gerais, somam, de acordo com os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, cerca de 4 milhões de pessoas que, por motivos diversos, residiam fora do seu Estado de nascimento. O objetivo deste trabalho é caracterizar sócio-demograficamente os naturais de Minas Gerais, residentes no território brasileiro, segundo a unidade da federação de residência, e mapeá-los, segundo a microrregião de residência em 1980, 1991 e 2000. São utilizados, para tanto, os microdados dos censos demográficos e a malha municipal digital do Brasil dos referidos anos.

PALAVRAS-CHAVE: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, NATURAIS DE MINAS GERAIS

1) INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Minas Gerais é um Estado de grandes dimensões territoriais, com aproximadamente 590.000 km² de área e condições naturais bastante distintas. Sua localização geográfica é responsável por uma área de fronteira diversificada e pela proximidade de grandes centros econômicos e políticos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A extensa malha rodoviária que cruza Minas Gerais é responsável por grande parte do fluxo de mercadorias e pessoas que se deslocam entre as regiões Nordeste/Norte e Sudeste/Sul do país. Estas características criaram

¹ Doutoranda em Demografia pelo Cedeplar/UFMG

² Doutor em Demografia e pesquisador do Cedeplar/UFMG

condições para que Minas Gerais estivesse, durante décadas, dentre as regiões que mais cederam população para as demais Unidades da Federação.

Como resultado desses movimentos migratórios, os mineiros – aqueles nascidos em Minas Gerais – se espalharam pelo território brasileiro. As causas (estruturais) e motivos (individuais) que impulsionam os mineiros de um lugar a outro são os mais diversos e fazem parte de um processo social amplo, no qual atuam fatores de atração e expulsão, que motivam os movimentos migratórios e a permanência – ou não – no local de destino. Vários autores apontam que distribuição espacial da população é resultado direto das transformações econômicas. De acordo com MARTINE, NEIVA & MACEDO (1984), a população se desloca em busca de oportunidades econômicas e, mesmo que outras motivações existam (como por exemplo, busca de escola para os filhos, serviços de saúde etc), elas dependem de um emprego e nível de renda que as sustentem. SALIM (1992) coloca que, embora diverjam em alguns aspectos, as teorias mais recentes sobre migração assinalam, como sua principal motivação, “a desigualdade econômica, social, regional etc.”. Além disso, o autor salienta que há um consenso entre essas diversas teorias, que estabelecem que “os fluxos migratórios originam-se do desequilíbrio espacial de natureza econômica, o qual produz diferenciais de renda e de emprego (...), entre as áreas de origem e destino”. Segundo Ravenstein, os deslocamentos de população criam “correntes migratórias que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes” (RAVENSTEIN, 1885, citado por LEE, 1980).

Não é surpresa que, de acordo com os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, cerca de 45% dos mineiros que residiam fora de Minas Gerais residissem no Estado de São Paulo e entre 15% e 18% residissem no Rio de Janeiro. Ainda, de acordo com os censos, aproximadamente 24% dos mineiros viviam fora de Minas Gerais em 1980, proporção que diminuiu para cerca de 21% em 1991 e 19,5% em 2000. Apesar da queda na proporção, o volume de mineiros fora do seu Estado de nascimento, em torno de 4 milhões nos três momentos, é significativo, o que motiva um estudo que objetive saber onde estão e quem são estes mineiros.

Assim, o presente trabalho tem, como objetivo principal, caracterizar sócio-demograficamente os naturais de Minas Gerais, residentes no território brasileiro, segundo a UF de residência, e mapeá-los, segundo a microrregião de residência, em 1980, 1991 e 2000. Para tanto, são utilizados os microdados dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 e a malha municipal digital do Brasil nos referidos anos.

2) RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a distribuição espacial dos mineiros, segundo a unidade da federação de residência em 1980, 1991 e 2000, a partir da qual constata-se a presença deles em todos os cantos do país, principalmente nos Estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. É possível observar que há um percentual significativo de mineiros nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. Além disso, a “preferência” pelo local de destino não variou significativamente ao longo do tempo, apesar de alguns Estados terem tido diminuído e outros terem tido aumentado o percentual de mineiros residentes. Um aspecto a ressaltar é o aumento do percentual de mineiros residentes em Minas Gerais ao longo do tempo, que passou de cerca de 76% em 1980 para 79% em 1991, alcançando pouco mais de 80% em 2000. Ao mesmo tempo, observa-se uma queda do percentual dos mineiros residentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, principalmente na década de 1980. Em 1980, 10,8% dos mineiros residiam em São Paulo, chegando a 9,6% em 1991 e a 9,2% em 2000. Apesar da queda no percentual, o número absoluto de mineiros cresceu no período. No Rio de Janeiro, observa-se uma queda percentual de 4,5% em 1980 para 3,3% em 1991 e 1,4% em 2000 e, neste caso, houve queda também no número absoluto de mineiros residentes. No Paraná, houve queda no percentual (2,2% em 1980 para 1,48% em 1991 e para 1,18% em 2000) e queda no número de residentes. Em Goiás, a queda no percentual foi pequena (de 1,74% em 1980 para 1,73% em 1991 e 1,60% em 2000) por causa do aumento no número de mineiros lá residentes. Nos Estados do Norte e do Nordeste, o percentual é pequeno e Rondônia surpreende, apresentando percentuais próximos aos da Bahia em 1991 e 2000 (cerca de 0,5% dos mineiros). Em Tocantins,³ a proporção de mineiros residentes em seus municípios caiu ao longo do período. No Espírito Santo e Santa Catarina, embora haja um número baixo de mineiros, observou-se um aumento na proporção (e no número) de mineiros residentes ao longo do período. No Amapá, o número de mineiros é muito pequeno, nos três momentos; como os dados são provenientes de amostras expandidas, quaisquer estatísticas que venham a ser produzidas a partir deles podem estar enviesadas.

³ O Estado do Tocantins foi criado em Outubro de 1988; para o ano de 1980, houve uma composição desta unidade da federação, a partir da identificação dos municípios que o compunham, com o objetivo único de tornar os dados comparáveis no período. A rigor, os residentes em Tocantins em 1980 são residentes do Estado de Goiás.

Tabela 1: Local de residência dos naturais de Minas Gerais em 1980, 1991 e 2000

UF de residência	mineiros em 1980				mineiros em 1991				mineiros em 2000			
	homens	mulheres	total	% total	homens	mulheres	total	% total	homens	mulheres	total	% total
Rondônia	29.568	24.713	54.281	0,33	57.802	52.247	110.050	0,59	58.693	51.566	110.259	0,53
Acre	866	591	1.457	0,01	1.645	1.163	2.809	0,01	2.056	1.797	3.852	0,02
Amazonas	1.664	1.086	2.750	0,02	2.513	1.580	4.093	0,02	3.276	1.848	5.124	0,02
Roraima	235	115	350	0,00	970	776	1.746	0,01	1.354	870	2.224	0,01
Pará	20.447	16.544	36.991	0,22	28.746	23.972	52.718	0,28	28.801	23.255	52.056	0,25
Amapá	94	57	151	0,00	215	167	382	0,00	553	277	830	0,00
Tocantins**	42.073	38.918	80.991	0,49	13.482	10.262	23.745	0,13	13.299	10.660	23.959	0,12
Maranhão	4.636	3.977	8.613	0,05	4.925	4.489	9.414	0,05	5.673	4.561	10.235	0,05
Piauí	240	273	513	0,00	489	567	1.055	0,01	995	648	1.643	0,01
Ceará	919	939	1.858	0,01	1.540	1.789	3.329	0,02	2.656	2.770	5.427	0,03
Rio Grande do Norte	1.114	1.113	2.227	0,01	1.730	1.660	3.390	0,02	2.158	2.086	4.244	0,02
Paraíba	589	626	1.215	0,01	804	845	1.649	0,01	1.130	1.336	2.466	0,01
Pernambuco	1.968	2.117	4.085	0,02	2.622	2.926	5.548	0,03	3.153	3.188	6.341	0,03
Alagoas	476	499	975	0,01	1.003	952	1.956	0,01	1.188	1.213	2.401	0,01
Sergipe	492	578	1.070	0,01	1.090	1.108	2.199	0,01	1.193	1.354	2.546	0,01
Bahia	41.415	42.510	83.925	0,50	42.982	46.583	89.565	0,48	49.970	51.938	101.908	0,49
Minas Gerais	6.305.774	6.370.043	12.675.817	75,98	7.344.267	7.485.726	14.829.993	79,00	8.227.558	8.434.126	16.661.684	80,38
Espírito Santo	101.971	103.176	205.147	1,23	123.189	131.329	254.518	1,36	137.885	149.093	286.978	1,38
Rio de Janeiro	334.196	409.538	743.734	4,46	269.907	350.643	620.550	3,31	258.061	343.413	601.474	2,90
São Paulo	883.043	917.541	1.800.584	10,79	865.694	940.070	1.805.764	9,62	895.611	1.006.710	1.902.322	9,18
Paraná	194.619	178.912	373.531	2,24	140.000	138.555	278.555	1,48	120.287	124.950	245.237	1,18
Santa Catarina	2.432	2.146	4.578	0,03	3.878	3.871	7.749	0,04	6.047	6.263	12.310	0,06
Rio Grande do Sul	2.769	2.454	5.223	0,03	2.554	2.947	5.501	0,03	3.941	4.237	8.178	0,04
Mato Grosso do Sul	25.433	20.974	46.407	0,28	24.236	20.776	45.012	0,24	21.876	20.090	41.965	0,20
Mato Grosso	46.151	38.711	84.862	0,51	56.015	48.706	104.722	0,56	57.792	51.902	109.695	0,53
Goiás	150.853	140.069	290.922	1,74	164.363	160.877	325.240	1,73	163.141	168.279	331.420	1,60
Distrito Federal	78.947	91.171	170.118	1,02	83.059	98.088	181.147	0,96	87.797	104.948	192.745	0,93
Total de mineiros	8.272.989	8.409.398	16.682.387	100	9.239.720	9.532.674	18.772.399	100	10.156.144	10.573.378	20.729.523	100

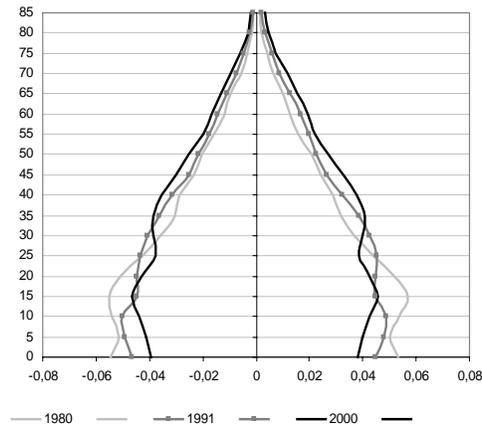
Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

** O Estado do Tocantins, criado em 1988, foi composto para o ano de 1980.

Entre 1980 e 2000, os mineiros cresceram a uma taxa aproximada de 1,1% ao ano, passando de cerca de 16,6 milhões de pessoas em 1980 para 18,8 milhões em 1991 e 20,7 milhões em 2000. No mesmo período, observou-se um envelhecimento da estrutura etária dos mineiros, com estreitamento da base da “pirâmide” e aumento relativo da participação da população com mais de 35 anos de idade, como mostra o Gráfico 1. No mesmo período, observa-se uma queda acentuada das taxas de fecundidade. De acordo com os dados dos censos demográficos, cada mulher mineira tinha, em média, 4,14 filhos, em 1980; esta média caiu para 2,61 filhos em 1991 e para 2,22 filhos em 2000. As mineiras são maioria, somando cerca de 8,4 milhões em 1980, 9,5 milhões em 1991 e 10,6 milhões de mulheres em 2000.⁴

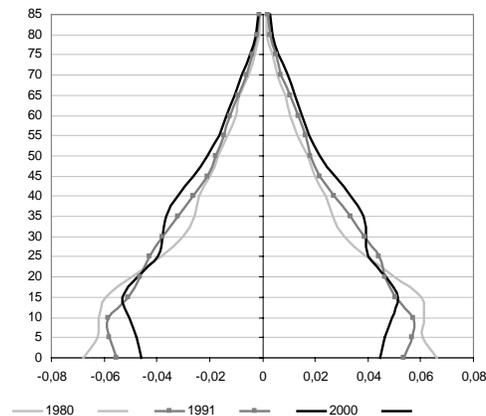
⁴ As taxas de fecundidade total (TFT) mostradas neste trabalho foram calculadas utilizando-se o método proposto por BRASS (1974), a partir dos microdados dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Gráfico 1 : Distribuição Etária dos Naturais de Minas Gerais em 1980, 1991 e 2000.



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Gráfico 2 : Distribuição Etária dos Residentes em Minas Gerais em 1980, 1991 e 2000.



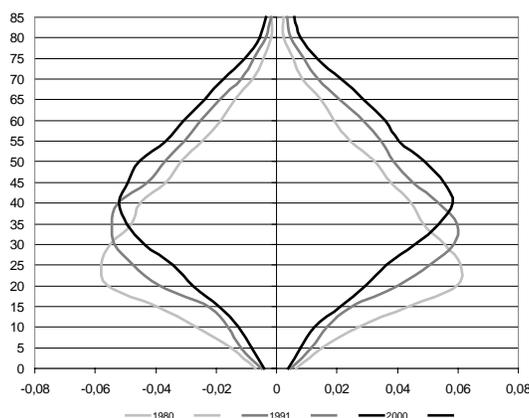
Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Em relação aos residentes em Minas Gerais, observou-se uma taxa média de crescimento de 1,46% ao ano, no mesmo período. Os residentes em Minas Gerais somavam cerca de 13,4 milhões em 1980, 15,7 milhões em 1991 e 17,9 milhões de pessoas em 2000. A distribuição etária (Gráfico 2) revela uma população que também passou por um processo de envelhecimento, porém, apresenta-se mais jovem que a população de mineiros, nos três períodos. Novamente, observa-se queda nas taxas de fecundidade total: as residentes em Minas Gerais tiveram 4,26 filhos em média, em 1980; 2,60 filhos, em 1991; e 2,23 filhos, em 2000.

Comparando-se os mineiros residentes em Minas Gerais com os mineiros residentes nas demais unidades da federação do país, é possível observar diferenças mais marcantes. A taxa de

crescimento dos mineiros residentes no restante do país foi negativa entre 1980 e 1991, em 0,14%, em média; no período seguinte, a taxa foi positiva, porém ainda baixa, em torno de 0,34%. Como resultado, o número absoluto de mineiros residentes fora de Minas Gerais não variou muito: eram cerca de 4,0 milhões em 1980; 3,9 milhões em 1991; e 4,1 milhões em 2000. Já os mineiros residentes em Minas Gerais cresceram a uma taxa média de 1,43% ao ano, entre 1980 e 1991 e de 1,29% entre 1991 e 2000, passando de cerca de 12,7 milhões de pessoas em 1980 para 14,8 milhões em 1991 e 16,7 milhões em 2000. A estrutura etária dos mineiros residentes em Minas Gerais é bastante próxima da estrutura etária dos mineiros (total), porque a grande maioria dos mineiros reside em Minas Gerais. No entanto, a estrutura dos mineiros residentes fora de Minas Gerais é bastante diferente, e mostra claramente a seletividade da migração segundo a idade. Observa-se, pelo Gráfico 3, que é alta a concentração nas idades produtivas – e reprodutivas, é baixa a concentração nas idades jovens (abaixo dos 15 anos de idade) e muito baixa para as crianças até 5 anos de idade.

Gráfico 3: Estrutura etária dos mineiros residentes fora de Minas Gerais em 1980, 1991 e 2000



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Outro aspecto a ressaltar é o envelhecimento da população de mineiros fora de Minas Gerais, no período analisado, o que é evidenciado pela maior concentração destes em idades cada vez mais avançadas. Além da estrutura etária, observa-se uma diferença no número médio de filhos que essas mineiras tiveram dentro e fora de Minas Gerais, principalmente em 1980. Neste ano, as mineiras residentes em Minas Gerais tiveram, em média, 4,27 filhos, enquanto que as mineiras residentes no restante do país tiveram, em média, 3,80 filhos. Em 1991, a diferença diminuiu: as mineiras residentes em Minas Gerais tiveram, em média, 2,64 filhos e as mineiras

residentes fora do Estado tiveram, em média, 2,47 filhos. Em 2000, a diferença é ainda menor e se inverte, com as residentes em Minas Gerais tendo, em média, 2,21 filhos e as residentes fora de Minas Gerais tendo, em média, 2,24 filhos. A Tabela 2 traz as TFT calculadas para as mineiras – total, residentes em MG e não residentes em MG – e para as mulheres residentes em Minas Gerais.

Tabela 2: Taxa de Fecundidade Total das mineiras, das naturais residentes em Minas Gerais, das mineiras residentes fora de Minas Gerais e das mulheres residentes em Minas Gerais em 1980, 1991 e 2000, calculadas pelo método de Brass (P/F)

	1980	1991	2000
TFT mineiras (total)	4,14	2,61	2,22
TFT mineiras em MG	4,27	2,64	2,21
TFT mineiras fora MG	3,80	2,47	2,24
TFT residentes MG (total)	4,26	2,60	2,23

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (microdados)

Os dados dos censos demográficos não permitem identificar quando esses mineiros deixaram o Estado de nascimento e nem quantas etapas migratórias realizaram entre Minas Gerais e a UF de residência, exceto se a residência anterior era em Minas Gerais, o que ocorre, mas não necessariamente. Apesar disso, uma análise do tempo de residência na unidade da federação de recenseamento pode auxiliar na análise da dinâmica migratória desses indivíduos.

Em 1980, 80,4% dos mineiros residentes fora de Minas Gerais residiam há pelo menos 5 anos nas UF de residência, de acordo com os resultados mostrados na Tabela 3. É interessante observar que nos Estados onde se observa um maior número de mineiros, o percentual de residentes há pelo menos 5 anos é bastante alto (Paraná, com 93,9%, Rio de Janeiro, com 87,8%, Goiás, com 85,3%, Tocantins, com 79,6% e São Paulo, com 79,4%). Ao contrário, onde se observa um percentual de mineiros menor, o tempo de residência da maioria é menor que 5 anos (Amapá, com 79,5%, Rondônia, com 72,6%, Santa Catarina, com 68,3% etc.).

De acordo com os dados de 1991, 86,1% dos mineiros residentes fora de Minas Gerais eram residentes há 5 anos ou mais nas UF onde foram recenseados. Amapá foi a única UF a apresentar uma maior proporção de mineiros com menos de 5 anos de residência (62,3%). Novamente, os Estados com maior proporção de mineiros apresentaram uma maior proporção de mineiros vivendo há pelo menos 5 anos. Rondônia e Roraima mostraram um aumento significativo na proporção de mineiros residindo há mais tempo.

Tabela 3: Tempo de residência dos naturais de Minas Gerais não residentes em Minas Gerais, nas unidades da federação de residência em 1980, 1991 e 2000.

UF de residência	1980				1991				2000			
	Tempo de Residência na UF				Tempo de Residência na UF				Tempo de Residência na UF			
	< 5 anos	%	5 anos e+	%	< 5 anos	%	5 anos e+	%	< 5 anos	%	5 anos e+	%
Rondônia	31.474	58,0	22.807	42,0	16.580	15,1	93.470	84,9	11.046	10,0	99.214	90,0
Acre	632	43,4	825	56,6	939	33,4	1.869	66,6	555	14,4	3.298	85,6
Amazonas	1.572	57,2	1.178	42,8	1.434	35,0	2.661	65,0	2.005	39,1	3.121	60,9
Roraima	254	72,6	96	27,4	492	28,2	1.254	71,8	657	29,5	1.567	70,5
Pará	18.745	50,7	18.246	49,3	11.836	22,5	40.885	77,5	7.106	13,7	44.951	86,3
Amapá	120	79,5	31	20,5	238	62,3	144	37,7	448	54,0	381	46,0
Tocantins**	16.502	20,4	64.489	79,6	6.080	25,6	17.663	74,4	6.155	25,7	17.805	74,3
Maranhão	3.618	42,0	4.995	58,0	2.940	31,2	6.473	68,8	2.432	23,8	7.805	76,2
Piauí	350	68,2	163	31,8	480	45,5	575	54,5	903	55,0	740	45,0
Ceará	1.078	58,0	780	42,0	1.332	40,0	2.000	60,0	2.348	43,3	3.078	56,7
Rio Grande do Norte	1.119	50,2	1.108	49,8	1.118	33,0	2.270	67,0	1.437	33,8	2.809	66,2
Paraíba	642	52,8	573	47,2	618	37,5	1.030	62,5	854	34,6	1.612	65,4
Pernambuco	2.017	49,4	2.068	50,6	2.121	38,2	3.426	61,8	2.525	39,8	3.814	60,2
Alagoas	568	58,2	407	41,8	912	46,6	1.045	53,4	775	32,3	1.625	67,7
Sergipe	613	57,3	457	42,7	1.097	49,9	1.103	50,1	816	32,1	1.730	67,9
Bahia	26.511	31,6	57.414	68,4	19.366	21,6	70.197	78,4	20.942	20,5	80.966	79,5
Espírito Santo	60.351	29,4	144.796	70,6	55.743	21,9	198.777	78,1	44.783	15,6	242.192	84,4
Rio de Janeiro	90.722	12,2	653.012	87,8	48.836	7,9	571.717	92,1	54.534	9,1	546.942	90,9
São Paulo	370.944	20,6	1.429.640	79,4	245.796	13,6	1.559.965	86,4	204.466	10,7	1.697.859	89,3
Paraná	22.672	6,1	350.859	93,9	16.176	5,8	262.375	94,2	16.849	6,9	228.390	93,1
Santa Catarina	3.125	68,3	1.453	31,7	3.071	39,6	4.677	60,4	4.183	34,0	8.129	66,0
Rio Grande do Sul	2.730	52,3	2.493	47,7	1.958	35,6	3.543	64,4	2.935	35,9	5.240	64,1
Mato Grosso do Sul	11.769	25,4	34.638	74,6	8.894	19,8	36.119	80,2	5.509	13,1	36.459	86,9
Mato Grosso	25.687	30,3	59.175	69,7	18.055	17,2	86.666	82,8	13.331	12,2	96.364	87,8
Goiás	42.746	14,7	248.176	85,3	46.757	14,4	278.482	85,6	48.402	14,6	283.015	85,4
Distrito Federal	49.253	29,0	120.865	71,0	33.407	18,4	147.739	81,6	31.962	16,6	160.780	83,4
Mineiros fora de MG	785.815	19,6	3.220.743	80,4	546.276	13,9	3.396.125	86,1	487.958	12,0	3.579.886	88,0

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Em 2000, aumenta ainda mais a proporção de mineiros residentes há mais tempo na UF de recenseamento. A partir dos dados do censo demográfico de 2000, a maioria dos mineiros residentes no Amapá e Piauí residia há menos de 5 anos naquelas UF (54% e 55%, respectivamente). Nas demais UF, a maioria residia há pelo menos 5 anos, sendo que cerca de 90% dos mineiros residentes em Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná declararam estarem lá desde, pelo menos, 1995.

A Tabela 4 apresenta os vinte municípios do país com maior número de mineiros residentes em 1980, 1991 e 2000. Grande parte da lista se repete nos três momentos, e observa-se um aumento tanto no número de municípios mineiros quanto na proporção dos mineiros residentes nestes municípios. Em 1980, cinco municípios, dentre os vinte, eram de outras unidades da federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Nova Iguaçu e Goiânia); em 1991 e 2000, o número cai para três (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Belo Horizonte é sempre o município com maior número de mineiros, que correspondiam a 9,9% em 1980 e 10,1% em 1991 e 2000, em relação ao total de mineiros. São Paulo, que aparece como o segundo município com

maior proporção de mineiros em 1980 (3,8%) e 1991 (2,8%), e aparece em terceiro lugar em 2000, confirmando a tendência de queda. No Rio de Janeiro, a proporção cai de 1,8% em 1980 para 1,3% em 1991 e para 1,0% em 2000. O município de Contagem, ao contrário, sai da quinta colocação em 1980 (1,6%), passando para a terceira em 1991 (2,2%) e assumindo o posto de segundo município na preferência dos mineiros em 2000, com 2,4% do total deles. Betim também cresce na preferência dos mineiros entre 1980 (0,5%), 1991 (0,8%) e 2000 (1,4% dos mineiros). Outros dois municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) surgem na lista: Santa Luzia (0,7% em 1991 e 0,8% em 2000) e Ibirité (0,6% em 2000).

Tabela 4: Município de residência dos naturais de Minas Gerais, com maior número de mineiros em 1980, 1991 e 2000

1980			1991			2000		
Município	mineiros	%	Município	mineiros	%	Município	mineiros	%
Belo Horizonte (MG)	1.655.962	9,9	Belo Horizonte (MG)	1.887.443	10,1	Belo Horizonte (MG)	2.085.011	10,1
São Paulo (SP)	640.473	3,8	São Paulo (SP)	519.103	2,8	Contagem (MG)	501.921	2,4
Rio de Janeiro (RJ)	301.809	1,8	Contagem (MG)	419.418	2,2	São Paulo (SP)	487.136	2,3
Juiz de Fora (MG)	285.027	1,7	Juiz de Fora (MG)	353.296	1,9	Juiz de Fora (MG)	409.001	2,0
Contagem (MG)	262.108	1,6	Uberlândia (MG)	298.006	1,6	Uberlândia (MG)	393.061	1,9
Uberlândia (MG)	200.128	1,2	Rio de Janeiro (RJ)	237.133	1,3	Montes Claros (MG)	289.781	1,4
Governador Valadares (MG)	179.790	1,1	Montes Claros (MG)	235.748	1,3	Betim (MG)	281.542	1,4
Uberaba (MG)	179.024	1,1	Governador Valadares (MG)	211.320	1,1	Ribeirão das Neves (MG)	228.217	1,1
Brasília (DF)	170.118	1,0	Uberaba (MG)	188.016	1,0	Governador Valadares (MG)	228.119	1,1
Montes Claros (MG)	167.161	1,0	Brasília (DF)	181.147	1,0	Uberaba (MG)	219.623	1,1
Ipatinga (MG)	139.334	0,8	Ipatinga (MG)	169.551	0,9	Rio de Janeiro (RJ)	210.692	1,0
Teófilo Otoni (MG)	122.268	0,7	Betim (MG)	157.878	0,8	Ipatinga (MG)	199.442	1,0
Divinópolis (MG)	114.115	0,7	Divinópolis (MG)	146.019	0,8	Brasília (DF)	192.745	0,9
Caratinga (MG)	107.672	0,6	Sete Lagoas (MG)	139.626	0,7	Sete Lagoas (MG)	177.910	0,9
Sete Lagoas (MG)	97.657	0,6	Teófilo Otoni (MG)	133.732	0,7	Divinópolis (MG)	176.711	0,9
Nova Iguaçu (RJ)	87.336	0,5	Ribeirão das Neves (MG)	133.417	0,7	Santa Luzia (MG)	174.163	0,8
Patos de Minas (MG)	84.216	0,5	Santa Luzia (MG)	130.092	0,7	Ibirité (MG)	125.526	0,6
Barbacena (MG)	83.203	0,5	Caratinga (MG)	122.624	0,7	Teófilo Otoni (MG)	123.273	0,6
Goiânia (GO)	79.477	0,5	Patos de Minas (MG)	99.496	0,5	Patos de Minas (MG)	117.853	0,6
Betim (MG)	75.977	0,5	Barbacena (MG)	95.483	0,5	Poços de Caldas (MG)	111.881	0,5
Demais Municípios	13.739.544	69,8		10.823.838	68,8		13.995.915	67,5
Total de mineiros	18.772.399	100		16.682.387	100		20.729.523	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em 1980, 74,2% dos mineiros a partir dos 7 anos de idade declararam saber ler e escrever. A proporção de alfabetizados subiu para 81,4% em 1991 e para 88,4% em 2000. A média de anos de estudo dos mineiros também aumentou no período. A Tabela 5 e o Gráfico 4⁵ mostram a evolução desta medida entre 1980 e 2000, segundo a unidade da federação de residência e para o total de mineiros. No geral, o padrão manteve-se aproximadamente constante, porém, com

⁵ Os valores de anos de estudo da Tabela 5 e do Gráfico 4 estão padronizados segundo a estrutura etária dos mineiros em 1991. Isto é necessário porque esta medida é fortemente influenciada pela estrutura etária da população. A padronização tem como principal objetivo retirar o efeito da estrutura etária e tornar as taxas comparáveis. Assim, os valores não têm sentido quando analisados separadamente e devem ser analisados em conjunto.

aumento de nível. As médias de anos de estudo completo subiram em praticamente todas as UF nos dois períodos, com exceção dos Estados de Roraima, comparando-se os valores encontrados em 1980 e 1991 e do Estado do Amapá, segundo observado em 1991 e 2000.

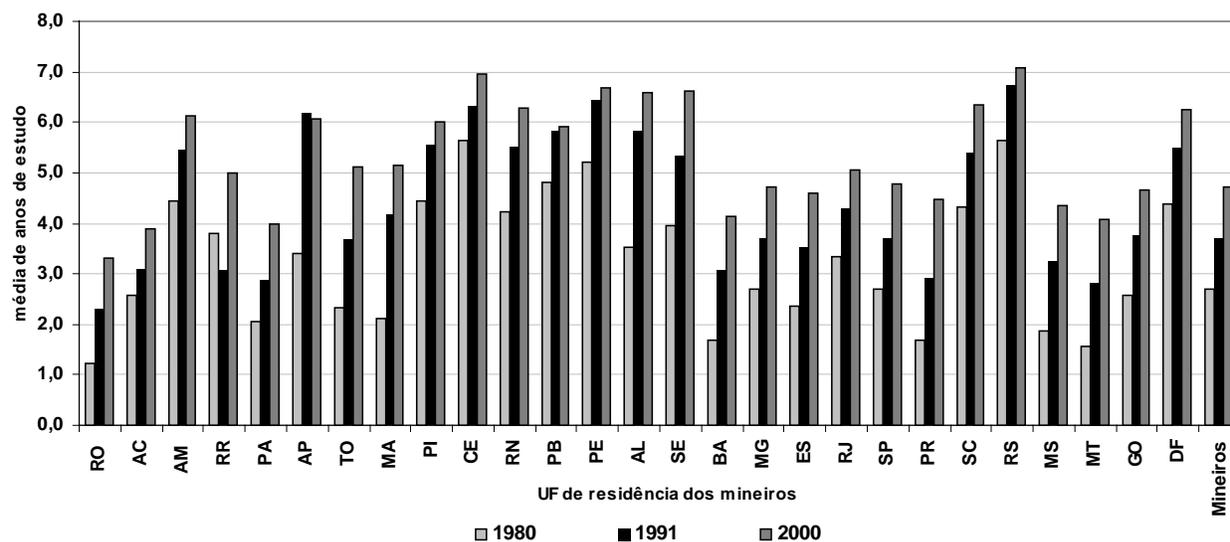
Tabela 5: Anos médios de estudo dos mineiros, segundo a UF de residência em 1980, 1991 e 2000 (padronizados pela estrutura etária dos mineiros em 1991)

UF de residência	1980	1991	2000
Roraima	1,22	2,30	3,30
Acre	2,57	3,08	3,90
Amazonas	4,44	5,47	6,13
Roraima	3,81	3,05	4,99
Pará	2,06	2,88	3,98
Amapá	3,39	6,18	6,06
Tocantins	2,33	3,67	5,12
Maranhão	2,11	4,18	5,13
Piauí	4,44	5,56	6,02
Ceará	5,64	6,31	6,95
Rio Grande do Norte	4,24	5,53	6,28
Paraíba	4,82	5,82	5,91
Pernambuco	5,22	6,44	6,69
Alagoas	3,53	5,82	6,61
Sergipe	3,96	5,33	6,61
Bahia	1,68	3,05	4,13
Minas Gerais	2,70	3,72	4,72
Espírito Santo	2,35	3,52	4,59
Rio de Janeiro	3,36	4,28	5,04
São Paulo	2,70	3,71	4,78
Paraná	1,68	2,93	4,47
Santa Catarina	4,33	5,39	6,35
Rio Grande do Sul	5,64	6,74	7,09
Mato Grosso do Sul	1,88	3,24	4,36
Mato Grosso	1,57	2,81	4,07
Goiás	2,58	3,78	4,67
Distrito Federal	4,38	5,49	6,26
Mineiros - Total	2,70	3,72	4,73

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Os mineiros residentes no Rio Grande do Sul apresentam a maior média de anos de estudo, enquanto que os mineiros residentes em Rondônia apresentam a menor média, nos três momentos. Mineiros residentes em alguns Estados do Nordeste, como Ceará, Pernambuco e Paraíba mantiveram seus níveis de escolaridade altos, comparáveis aos níveis observados no Rio Grande do Sul, durante o período. Nos Estados onde há mais mineiros, o nível médio de escolaridade se manteve próximo da média dos mineiros, com destaque para o Paraná, com baixa média de anos de estudo, principalmente em 1980 e 1991. A média de anos de estudo dos mineiros residentes no Distrito Federal também é alta, em relação às demais localidades do país. A média de escolaridade dos mineiros residentes em Minas Gerais e do total de mineiros foi praticamente igual nos três momentos.

Gráfico 4: Média de anos de estudo dos mineiros, segundo a UF de residência em 1980, 1991 e 2000 (padronizados pela estrutura etária dos mineiros em 1991)



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Os diferenciais de renda média familiar per capita dos mineiros são também bastante significativos, de acordo com o local de residência. A Tabela 6 e o Gráfico 5 mostram a renda média familiar per capita dos mineiros, em salários mínimos, por UF de residência, em 1980, 1991 e 2000. Observa-se que, o comportamento da variável renda média familiar per capita não foi uniforme ao longo do período e que, em 2000, houve um grande salto em praticamente todo o país.

Em 1980, os mineiros residentes no Rio Grande do Sul apresentaram a maior renda média familiar per capita do país, de 3,3 salários mínimos. Logo em seguida estão os mineiros residentes nos Estados do Amazonas e do Amapá, com 3,2 e 3,0 salários mínimos, respectivamente. A menor renda é observada em Rondônia, onde os mineiros têm pouco mais de meio salário mínimo de renda média familiar per capita. Os mineiros residentes em Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná têm uma renda média familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Em 1991, a maior renda média familiar per capita é a dos mineiros residentes no Amapá, próxima a 4,7 salários mínimos. Em seguida, vêm os mineiros residentes no Amazonas, com 3,4 salários mínimos, em Alagoas, com 2,9 salários mínimos, no Rio Grande do Sul, com 2,8 e na Paraíba e Pernambuco, com 2,7. Os mineiros residentes em Rondônia, novamente, apresentam a menor renda média familiar per capita, em torno de 0,6 salários mínimos. Com menos de um salário mínimo de média estão também os residentes em Minas Gerais e Paraná (0,9); em torno

de um salário mínimo de média estão os mineiros residentes na Bahia e Espírito Santo e Mato Grosso.

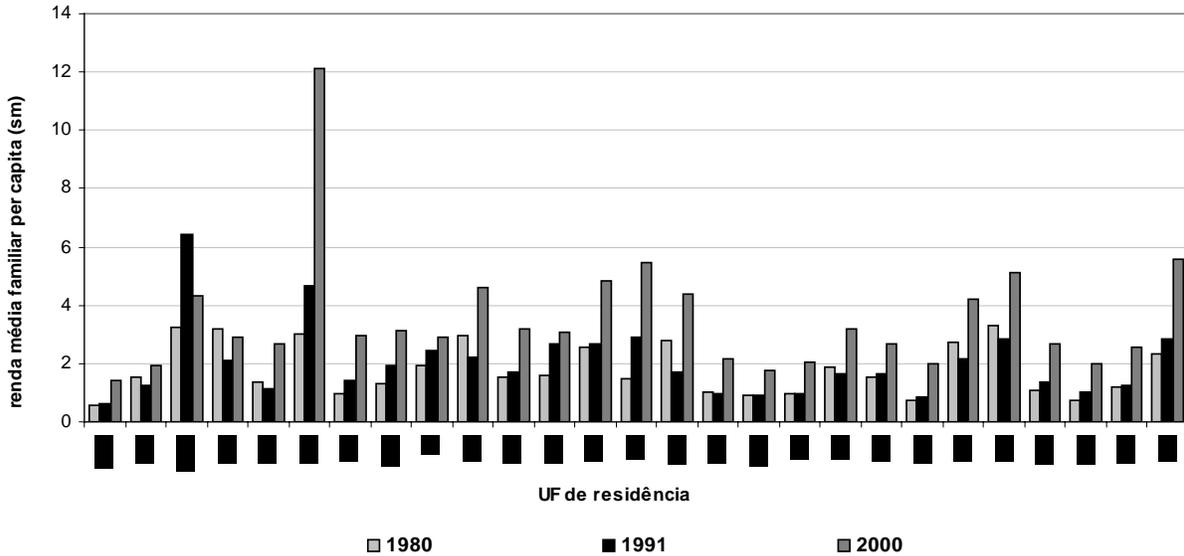
Tabela 6: Renda média familiar per capita (em salários mínimos) dos naturais de Minas Gerais, segundo a unidade da federação de residência em 1980, 1991 e 2000

	1980	1991	2000
Rondônia	0,57	0,61	1,44
Acre	1,56	1,23	1,96
Amazonas	3,25	6,41	4,35
Roraima	3,21	2,11	2,92
Pará	1,38	1,15	2,67
Amapá	3,01	4,66	12,13
Tocantins	0,98	1,43	2,95
Maranhão	1,29	1,96	3,15
Piauí	1,91	2,43	2,88
Ceará	2,98	2,22	4,60
Rio Grande do Norte	1,54	1,70	3,19
Paraíba	1,59	2,65	3,09
Pernambuco	2,58	2,66	4,81
Alagoas	1,46	2,90	5,47
Sergipe	2,77	1,70	4,36
Bahia	1,03	0,99	2,14
Minas Gerais	0,93	0,91	1,79
Espírito Santo	0,95	0,98	2,07
Rio de Janeiro	1,87	1,65	3,20
São Paulo	1,56	1,64	2,69
Paraná	0,74	0,88	1,97
Santa Catarina	2,74	2,14	4,21
Rio Grande do Sul	3,30	2,83	5,14
Mato Grosso do Sul	1,06	1,35	2,69
Mato Grosso	0,73	1,03	2,00
Goiás	1,17	1,24	2,54
Distrito Federal	2,35	2,86	5,55

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Segundo os dados de 2000, há um grande salto na renda média familiar per capita, medida em salários mínimos. Exceto os mineiros do Estado do Amazonas, todos os demais apresentaram um aumento, em relação à renda observada em 1991. Disparados na frente aparecem os mineiros residentes no Amapá, com cerca de 12 salários mínimos. Com 5,5 salários mínimos de renda média familiar per capita aparecem os mineiros residentes no Distrito Federal e em Alagoas. Rio Grande do Sul, Amazonas, Santa Catarina, Pernambuco e Sergipe apresentam renda média de mais de 4 salários mínimos.

Gráfico 5: Renda média familiar per capita dos mineiros, segundo a UF de residência em 1980, 1991 e 2000 (em salários mínimos)



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

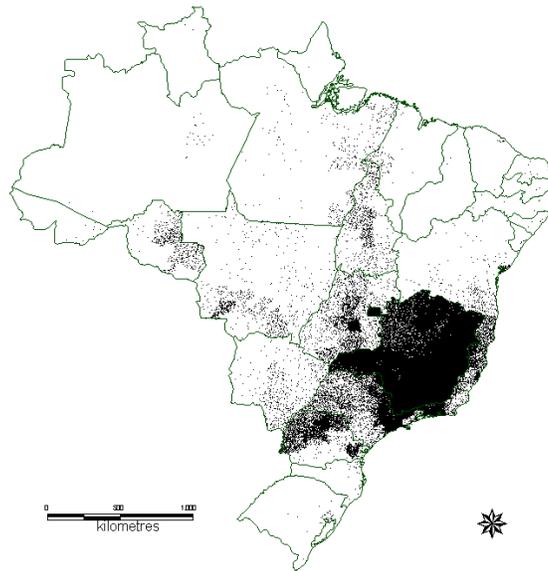
Os Mapas 1, 3 e 5 apresentam a distribuição espacial dos mineiros pelo território brasileiro, segundo a microrregião de residência em 1980, 1991 e 2000. Os mapas 2, 4 e 6 são os respectivos detalhamentos, que mostram Minas Gerais em destaque. Em todos os mapas, cada ponto representa 100 pessoas e são distribuídos aleatoriamente dentro da microrregião de residência dos mineiros. Em algumas unidades da federação, não houve mudanças significativas na distribuição espacial da população no período e em outras, ao contrário, é possível observar uma dinâmica interessante.

No Pará, é possível observar que houve uma ocupação da parte central do território pelos mineiros sem, no entanto, haver uma dispersão da ocupação em torno de Teresina e nas fronteiras com os Estados do Maranhão e Tocantins. Esse processo se inicia entre 1980 e 1991 e é confirmado em 2000.

Em Rondônia, observa-se que, em 1991, há um aumento da concentração de mineiros em torno de Ji-Paraná e, em 2000, além de diminuir essa concentração, há uma maior dispersão dos mineiros pelo território, inclusive nas proximidades da capital do Estado, Porto Velho.

Na região Nordeste, observa-se um aumento da concentração de mineiros nas proximidades das capitais, ao longo do período. Na Bahia, além da capital, observa-se um aumento da concentração dos mineiros no sul do Estado.

Mapa 1: Distribuição espacial dos naturais de Minas Gerais, segundo a microrregião de residência, em 1980



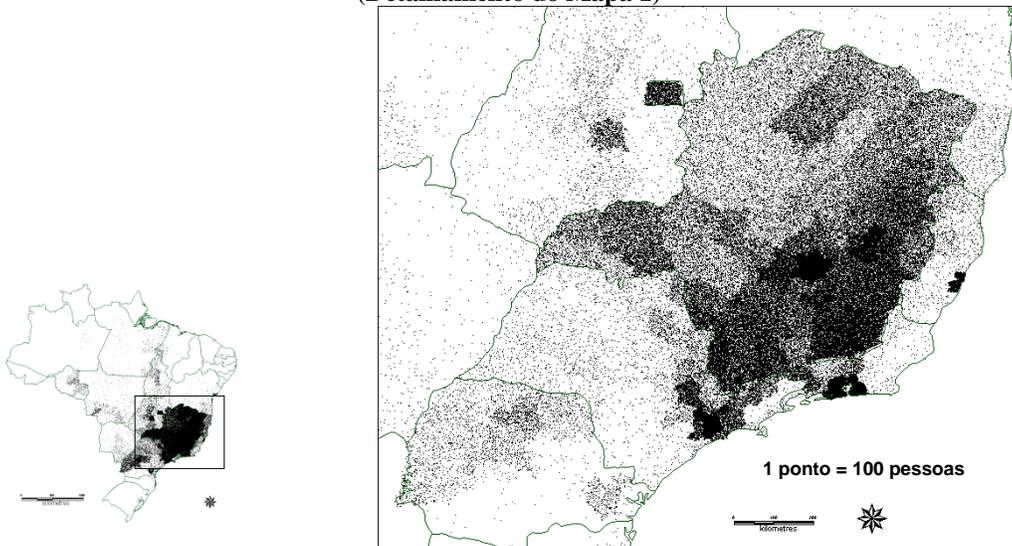
1 ponto = 100 pessoas

Fontes:

IBGE: Censo Demográfico 1980

IBGE: Malha municipal digital do Brasil, 2000

Mapa 2: Distribuição espacial dos naturais de Minas Gerais, segundo a microrregião de residência em 1980 (Detalhamento do Mapa 1)



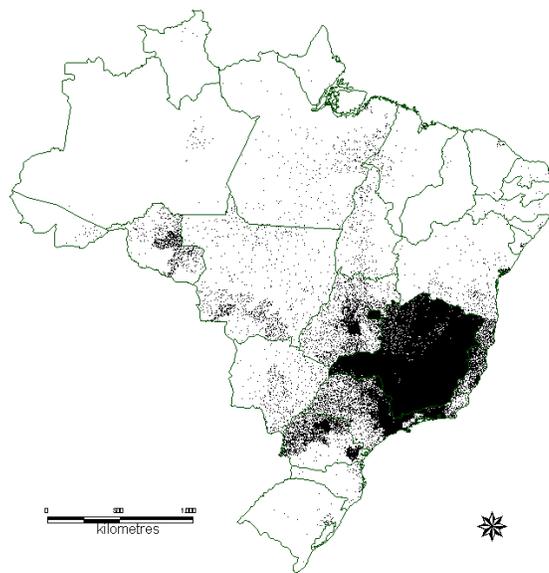
1 ponto = 100 pessoas

Fontes:

IBGE: Censo Demográfico 1980

IBGE: Malha municipal digital do Brasil, 2000

Mapa 3: Distribuição espacial dos naturais de Minas Gerais, segundo a microrregião de residência, em 1991



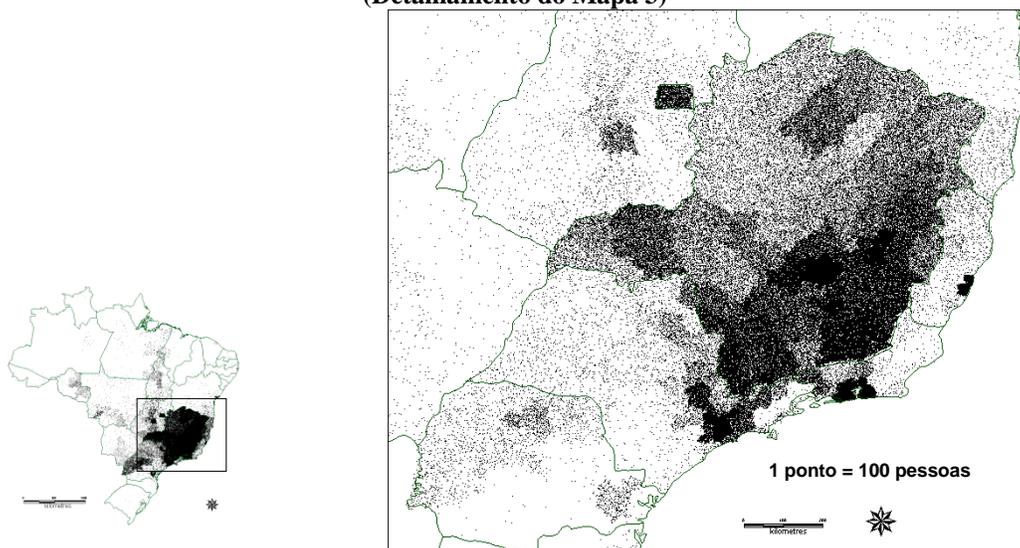
1 ponto = 100 pessoas

Fontes:

IBGE: Censo Demográfico 1991

IBGE: Malha municipal digital do Brasil, 2000

Mapa 4: Distribuição espacial dos naturais de Minas Gerais, segundo a microrregião de residência em 1991 (Detalhamento do Mapa 3)



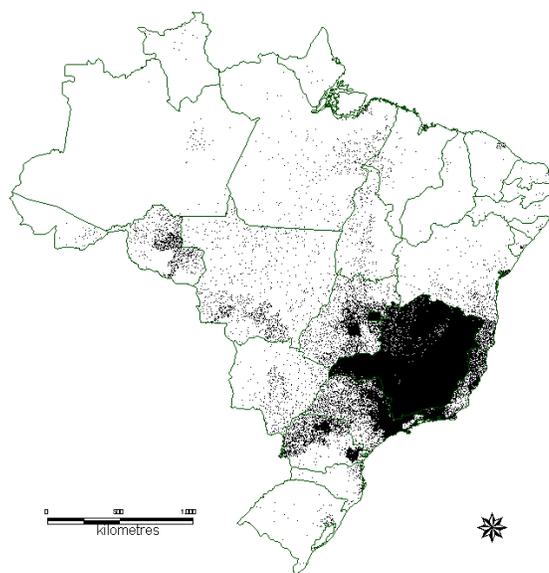
1 ponto = 100 pessoas

Fontes:

IBGE: Censo Demográfico 1991

IBGE: Malha municipal digital do Brasil, 2000

Mapa 5: Distribuição espacial dos naturais de Minas Gerais, segundo a microrregião de residência, em 2000



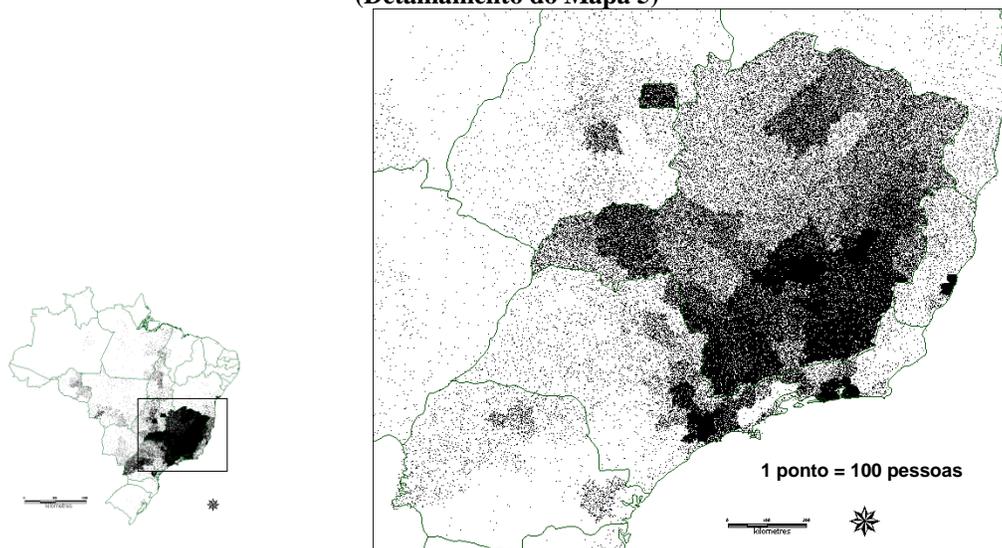
1 ponto = 100 pessoas

Fontes:

IBGE: Censo Demográfico 2000

IBGE: Malha municipal digital do Brasil, 2000

Mapa 6: Distribuição espacial dos naturais de Minas Gerais, segundo a microrregião de residência em 2000 (Detalhamento do Mapa 5)



1 ponto = 100 pessoas

Fontes:

IBGE: Censo Demográfico 2000

IBGE: Malha municipal digital do Brasil, 2000

Em 1980, havia uma grande concentração de mineiros na parte central do que, a partir de 1988, seria o Estado do Tocantins. Em 1991, observa-se a desconcentração dessa área e, em 2000, é possível observar uma leve tendência de volta dos mineiros a essa região.

Em Goiás, a tendência observada nas duas décadas é de concentração em torno da capital, Goiânia e também do Distrito Federal, com um aumento de mineiros nas proximidades de Minas Gerais.

No Paraná, observa-se uma desconcentração dos mineiros em torno de Londrina e nas regiões noroeste, centro-ocidental e oeste do Estado. Ao mesmo tempo, é possível notar que há um aumento da concentração de mineiros em torno de Curitiba.

Em São Paulo, observa-se uma desconcentração de mineiros na região oeste do Estado e um aumento da concentração em torno das cidades de São Paulo e Campinas e também no eixo da Rodovia Anhanguera, entre São Paulo e Ribeirão Preto.

No Rio de Janeiro, observa-se uma diminuição da concentração na cidade do Rio de Janeiro e um aumento da concentração no eixo da rodovia BR-040, que liga as capitais fluminense e mineira. Há, também, um aumento da concentração de mineiros no litoral norte do Estado.

Os mineiros se espalharam pelo território do Espírito Santo entre 1980 e 1991, onde é possível observar, também, um aumento da concentração de mineiros na capital, Vitória e no litoral sul do Estado.

Em Minas Gerais, houve um aumento progressivo – mas não uniforme – da concentração de mineiros em praticamente todo o território, no período analisado. O grande destaque é para a região próxima a Belo Horizonte, não apenas a RMBH, mas regiões em volta da RMBH. As regiões Sul, Zona da Mata e Triângulo Mineiro (principalmente em volta de Uberaba e Uberlândia) também mostram um aumento significativo na concentração de mineiros.

3) CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com base nos resultados apresentados, fica evidente a preferência cada vez maior dos mineiros pelo Estado de nascimento, dado o aumento no número e na proporção de mineiros residentes em Minas Gerais. Quando residentes fora, a preferência é pelos Estados mais desenvolvidos e que, provavelmente, apresentam mais oportunidades – o que, definitivamente, não significa oportunidades melhores. Observa-se, por exemplo, que nos Estados onde há mais

mineiros, o nível educacional e a renda média familiar per capita são baixos, quando comparados a outras localidades. Em alguns Estados, onde o número de mineiros não é alto, o nível educacional e a renda média familiar per capita são maiores.

Os mineiros residentes em Minas Gerais cresceram a uma taxa maior que os demais mineiros no período analisado. Parte da explicação está no fato de que a taxa de crescimento dos mineiros fora de Minas Gerais depende quase que exclusivamente da migração, já que os filhos que mineiras residentes fora de Minas Gerais tiveram foram, em parte, nascidos fora de Minas Gerais. Além disso, o saldo migratório de Minas Gerais diminuiu no período analisado (CARVALHO & GARCIA, 2002), o que significa que menos gente saiu de Minas Gerais e/ou mais gente entrou em Minas Gerais. Menos gente saindo e/ou mais gente entrando podem significar o retorno de mineiros residentes fora de Minas Gerais, ou a retenção de mineiros residentes em Minas Gerais, ou mesmo a atração/retenção de brasileiros de outra naturalidade (alguns, inclusive, que podem ter tido seus filhos em Minas Gerais). A análise dos municípios de Minas Gerais onde se encontra o maior número de mineiros mostra uma concentração cada vez maior na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com relação ao número de filhos que as mineiras tiveram nos períodos analisados, era de se esperar que as residentes em Minas Gerais tivessem mais filhos do que as residentes fora. Em 1980, a diferença é significativa, com as mineiras residentes em Minas Gerais tendo, em média, 0,5 filhos a mais que as residentes fora. Já em 1991, observa-se uma diferença entre o número médio de filhos bem menor que em 1980. Em 2000, as mineiras residentes fora de Minas Gerais tiveram praticamente o mesmo número médio de filhos que as residentes no Estado, embora a taxa tenha sido ligeiramente maior (Tabela 2). Uma possível explicação para isso é o fato de que, na medida em que as taxas caem, elas tendem a se aproximar e, até mesmo, a convergir; neste caso, a diferença é muito pequena para que se possa chegar a uma conclusão. Outra possível explicação reside na constatação de GARCIA (2000) que associa níveis mais altos de modernização da sociedade a níveis mais baixos de fecundidade. Se grande parte das mineiras residentes fora de Minas Gerais são residentes em São Paulo e Rio de Janeiro, cujas sociedades são, sabidamente, mais modernizadas e a fecundidade das mineiras residentes em Minas Gerais vem, ao longo do tempo, se aproximando da fecundidade das mineiras residentes fora de Minas Gerais, é provável que a sociedade mineira venha passando por um processo de modernização.

Uma alta proporção de mineiros residentes há pelo menos 5 anos na UF, nos três

momentos, pode indicar um processo de migração antigo e consolidado, como é o caso dos mineiros no Paraná. Com um número razoável nos três períodos, mais de 90% declarou residência mais antiga. Somando-se a isso baixos níveis relativos de escolaridade e de renda média familiar per capita, pode-se deduzir que grande parte desses mineiros foi para trabalhar na agricultura, que é o que também indicam os Mapas 1, 3 e 5.

Bem diferentes estão os mineiros residentes em dois Estados da região Norte: Amazonas e Amapá. Com altos níveis relativos de escolaridade, renda média familiar per capita considerável e em pequeno número, devem ser, na sua maioria, pertencentes a famílias da elite local. No Amapá, a maioria dos mineiros tem menos de 5 anos de residência, nos três períodos. O número crescente de mineiros (apesar de pequeno) e a distância entre Amapá e Minas Gerais sugere que existe algum fator muito atrativo, porém, para poucos. É importante, novamente, ressaltar possíveis vieses com os dados do Amapá, devido ao pequeno número de casos.

Dentre os Estados da região Nordeste, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Sergipe apresentam altos níveis relativos de escolaridade e renda. Concentrados principalmente nas capitais, o número de mineiros nestes Estados também não é alto, o que significa que, provavelmente, têm um perfil bastante diferente do perfil daquele migrante que sai em busca de novas oportunidades, embora também devam ter saído em busca de melhores condições de vida.

Apesar da proximidade com Minas Gerais, a Bahia não registrou muitos mineiros residentes nos três períodos. Além disso, os níveis educacional e de renda são muito baixos, comparados aos das demais UF. É provável que grande parte desses mineiros seja das regiões mais pobres de Minas Gerais – Norte de Minas, Jequitinhonha – exatamente as que ficam mais próximas da Bahia. A proporção de mineiros residentes há menos de 5 anos é significativa, o que indica que deve haver um fluxo bastante intenso de pessoas entre os dois Estados. Entre 1991 e 2000, observa-se um aumento da concentração de mineiros nas proximidades de Minas Gerais.

No Espírito Santo, o número de mineiros cresceu ao longo do período e cresceu, também, a proporção daqueles residentes há pelo menos 5 anos. Isso mostra que o Espírito Santo tem exercido um poder de atração cada vez maior sobre os mineiros, mas para tipos de ocupação que não exigem muita qualificação – e não pagam bem, já que as médias de renda e escolaridade são menores que as dos mineiros de Minas Gerais.

No Rio de Janeiro, ao contrário – o que não é surpresa, dado o aumento da violência e queda da qualidade de vida no Estado – o número de mineiros diminuiu no período. No entanto,

são, na grande maioria, mineiros que residem lá há mais tempo, e que, em média, são os mais escolarizados e os que ganham mais, dentre os mineiros residentes na região Sudeste. Nos três momentos, cerca de 1/3 destes mineiros residiam na capital fluminense.

São Paulo apresentou, ao longo do período, uma proporção cada vez menor de mineiros recentes, apesar de ainda significativa em 2000. Isto indica que ainda é um local bastante atrativo para os mineiros. O nível educacional dos mineiros em São Paulo é muito próximo do nível dos mineiros residentes em Minas Gerais, nos três momentos, ao contrário da renda, que é maior em São Paulo. Ao mesmo tempo que isso pode significar que, em iguais condições, os mineiros em São Paulo têm mais oportunidades, pode também ser um indício de que aqueles que não conseguem trabalho – ou um bom trabalho – voltam pra Minas Gerais e assim, na média, os mineiros em São Paulo aparecem com renda maior. Outro aspecto interessante sobre esses mineiros é o fato de, ao longo do período, terem se espalhado (concentradamente) pelo Estado de São Paulo, já que caiu o número de mineiros na capital paulista, enquanto que aumentou o número de mineiros no Estado.

4) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASS, W. Métodos para estimar la Fecundidad y la Mortalidad en Poblaciones con Datos Limitados. Santiago do Chile, CELADE, 240 p., 1974.

CARVALHO, J.A.M., GARCIA, R.A. Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação de domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1991, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

GARCIA, R.A. Modernização e Declínio da Fecundidade no Nordeste Brasileiro: Um Estudo Microrregional. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000. (dissertação de mestrado)

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (ed.). **Migrações Internas: textos selecionados.** Fortaleza: BNB-ETENE, p.89-114, 1980.

MARTINE, G., NEIVA, I. C., MACEDO, M. Migração, crise e outras agruras. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, IV, 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo, 1984.

RAVENSTEIN, E.G. The laws of migration. In: Journal of the Royal Statistical Society, 48 (pt.2): 167-227, June, 1885. apud LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (ed.). **Migrações Internas: textos selecionados.** Fortaleza: BNB-ETENE, p.89-114, 1980.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VIII, 1992, Brasília. **Anais...** Belo Horizonte, ABEP, 1992.